



Proc. Administrativo 35- 3.986/2025

De: Pedro C. - GP-PG-LIC

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 16/06/2025 às 18:30:26

Setores envolvidos:

GP, ADM-CCL, ADM-DL-LIC, ADM-DL-COMP, SMDSH, SMDSH-ADM, SMEC-NUTRI, ADM-CCL-CE, GP-PG-LIC, AGG

RP Cestas Básicas - SMDSH

Prezados,

Em atendimento ao artigo 165, § 2º, da Lei nº 14.133/21, segue anexo parecer jurídico opinando pelo parcial provimento do recurso pela empresa Bringhetti Indústria e Comércio Ltda.

—

Pedro Henrique da Rosa Cardoso

Assessor Jurídico

Anexos:

Parecer_juridico_recurso_interposto_em_face_da_habilitacao_da_empresa_MF_DISTRIBUIDORA_PE_para_registro_



Processo Administrativo nº: 3.986/2025

Solicitação nº: 030/2025

Interessado: Divisão de Licitações e Contratos

PARECER JURÍDICO Nº 184/2025

ANÁLISE DE RECURSOS APRESENTADOS EM FACE DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA "MF DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS E LOGÍSTICA LTDA". PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2025, CUJO OBJETO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CESTA BÁSICAS. ALEGAÇÃO DE QUE A EMPRESA LICITANTE "MF DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS E LOGÍSTICA LTDA", DECLARADA HABILITADA E VENCEDORA, NÃO PREENCHE OS REQUISITOS DE CLASSIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. DO OBJETO

Trata-se de pedido de análise dos recursos interpostos pelas empresas BRINGHETTI INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e HAMBURGO CANTINA LTDA, em face da habilitação da empresa MF DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS & LOGISTICA LTDA.

A recorrente HAMBURGO CANTINA LTDA apontou irregularidade na documentação de habilitação apresentada pela empresa MF DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS & LOGISTICA LTDA, alegando que houve apresentação de Certidão Negativa de Débitos (CND) Estadual com data de validade expirada (vencida em 03/08/2024), bem como atestados de capacidade técnica datados de 2022. Requereu o provimento do recurso, para fins de rever a decisão de inabilitação e também desclassificação da empresa ganhadora.

A recorrente BRINGHETTI INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, por sua vez, alegou que houve violação ao instrumento convocatório, pois a empresa MF DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS & LOGISTICA LTDA apresentou a marca Flor de Lis para os itens de massa (espaguete e parafuso) que compõem a cesta básica, no entanto, a referida marca não fabrica massas com a especificação "sêmola", conforme exigido no edital, produzindo apenas mas-



sas com ovos. Apontou, também, a apresentação de Certidão Negativa de Débitos (CND) estadual com data de validade expirada. Requereu a reversão da habilitação e classificação da licitante MF DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS & LOGISTICA LTDA, em razão do descumprimento das exigências editalícias e das disposições legais aplicáveis, com a convocação da segunda colocada, respeitada a ordem classificatória, para apresentação de proposta readequada e dos documentos de habilitação, garantindo a continuidade do procedimento licitatório de forma regular e isonômica.

A licitante MF DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS & LOGISTICA LTDA apresentou contrarrazões aos recursos interpostos por BRINGHETTI INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e HAMBURGO CANTINA LTDA, oportunidade em que sustentou que os recursos não atendem os pressupostos de admissibilidade. Quanto ao mérito, aduziu que o fato de a Certidão Negativa de Débitos Estadual apresentada pela empresa vencedora MF DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS & LOGÍSTICA LTDA. estar vencida, por si só, não implica na sua automática inabilitação, pois tal equívoco foi sanado em sede de diligência. Relativamente a marca cotada para o item massas “parafuso” e “espaguete”, qual seja, “Flor de Lis”, argumentou que a marca cotada atende ao edital, pois ambas são do tipo sêmola, razão pela qual o produto cotado atende as especificações do edital e a necessidade do Município. Requereu, ao final, que o Pregoeiro mantenha a decisão e resultado final, permanecendo como classificada, habilitada e vencedora a empresa MF DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS & LOGÍSTICA LTDA.

Foi o relatório. Passa-se à análise.

2. DA ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS

Os recursos administrativos foram interpostos no prazo e forma legal, tal como previsto no item 9.2 do edital. Da mesma forma, as contrarrazões aos recursos foram interpostas dentro do prazo que prevê o edital em seu item 9.7.



Ademais, a alegação da recorrida de que o recurso interposto pela empresa BRINGHENTTI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA não é admissível pois é direcionado à empresa CAMPO BOM DISTRIBUIDORA LTDA, e não à MF DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS & LOGÍSTICA LTDA, não merece acolhimento, pois trata-se de mero erro material, devidamente retificado por meio da manifestação apresentada pela recorrente no Despacho 30-3.986/2025 (Recurso_pe_030_2025__.zip/).

Portanto, verifica-se ser caso de conhecimento dos recursos, pois preenchidos todos os pressupostos para suas admissibilidades.

3. DO MÉRITO

3.1. Da possibilidade de apresentação de CND Estadual a destempo

Os recorrentes alegam que a Certidão Negativa de Débitos Estadual apresentada pelo licitante vencedor estava datada de 05/06/2024, com validade até 03/08/2024, encontrando-se vencida há aproximadamente 10 meses na data de abertura do certame, em 03/06/2025.

Argumentaram, então, não ser possível a atualização da certidão, uma vez que o art. 64, inciso II, da Nova Lei de Licitações e Contratos (NLLC) permite tal regularização apenas quando a validade expira após a data de recebimento das propostas.

No entanto, conforme esclarecimento do pregoeiro, embora a CND estivesse vencida no momento do envio inicial, a empresa posteriormente apresentou certidão atualizada e dentro do prazo de validade.

Portanto, não há que se falar em nulidade do ato administrativo que declarou a habilitação da licitante, pois tal procedimento se coaduna com o disposto no art. 64, inciso I, da Lei nº 14.133/21, que assim dispõe:

“Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:



I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;"

É oportuno destacar que a licitação se destina a assegurar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Assim, é vedado aos agentes públicos a inserção de cláusulas que comprometam ou restrinjam o caráter competitivo da licitação. Esta regra é a que norteia a análise da legalidade de cláusula de edital em processos de licitação.

Além disso, eventual desclassificação da licitante MF DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS & LOGISTICA LTDA do certame por mera irregularidade da CND Estadual, caracterizaria nítido excesso de formalismo em detrimento ao princípio da seleção da proposta mais vantajosa para a administração, notadamente porque a irregularidade apontada foi sanada mediante diligência realizada pela autoridade competente.

Portanto, a Procuradoria Jurídica de Licitações opina pelo desprovisionamento dos recursos, neste ponto.

3.2. Do atestado de capacidade técnica

A empresa Hamburgo Cantina LTDA-ME alega, ainda que embora a MF DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS & LOGISTICA LTDA tenha apresentado atestados de capacidade técnica, todos os três documentos foram emitidos em 2022, o que, segundo sustenta, inviabilizaria a habilitação da licitante, nos termos do § 5º do art. 67 da Nova Lei de Licitações e Contratos (NLLC), que assim dispõe:

"Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

(...)

§ 5º Em se tratando de serviços contínuos, o edital poderá exigir certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos."



Ocorre que a previsão contida no referido dispositivo legal se aplica exclusivamente às contratações de natureza contínua, o que não se configura no caso do Pregão Eletrônico nº 030/2025. Dessa forma, “não há limitação temporal para a validade dos atestados técnicos, sendo vedada qualquer restrição quanto ao tempo de emissão dos documentos apresentados. Essa parte do recurso também está indeferida”, conforme destacado pelo Pregoeiro na manifestação aderida ao Despacho 32- 3.986/2025 (Recurso_PE_030_2025_Manifestacao_Pregoeiro.pdf).

Assim, não há que se falar em irregularidade no certame, tampouco em inabilitação do licitante vencedor.

3.3. Do não atendimento de descrição do item 1 do Termo de Referência

Por fim, **tenho que merece parcial provimento o recurso interposto pela empresa BRINGHENTTI**, quanto à alegação de que houve desatendimento à exigência prevista no edital na proposta apresentada pela licitante vencedora, MF DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS & LOGISTICA LTDA.

Isso porque a empresa a MF DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS & LOGISTICA LTDA apresentou proposta com produtos (massas tipo espaguete e parafuso) da marca “Flor de Lis”, cuja composição inclui exclusivamente a adição de ovos, o que não atende aos requisitos estabelecidos no edital.

Na análise do recurso realizada pelo Pregoeiro responsável pela condução do certame, verificou-se o seguinte:

*“Realizei pesquisa sobre a marca Flor de Lis e constatei que, de fato, há registro de espaguete Flor de Lis na versão sêmola, atendendo ao requisito do edital. **No entanto, para o formato parafuso, não encontrei evidências de que a marca produza essa massa na versão sêmola, apenas na versão com ovos.**”*

Ocorre que tal especificação constou de modo inequívoco na descrição do item licitado, não podendo ser relativizada ou ignorada, sob pena de afronta aos princípios da



vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo (art. 5º da Lei nº 14.133/21).

Ademais, na manifestação técnica aderida ao **Despacho nº 31-3.986/2025** do presente processo administrativo, a nutricionista da Secretaria requisitante (Lisiane dos Santos) confirmou a **possibilidade de fornecimento de massa com adição de ovos**.

Desse modo, para que não se comprometa a lisura do procedimento, uma vez que houve flexibilização de exigência editalícia de forma não prevista, recomenda-se a retificação e republicação do edital, para que conste de forma expressa que a exigência prevista no Termo de Referência (Anexo I do edital) pode ser atendida tanto por massas que contenham ovos na formulação quanto por massas elaboradas apenas com sêmola.

O acolhimento parcial do recurso, no entanto, não implica na inabilitação da empresa recorrida, pois resultaria em excesso de formalismo, levando à desclassificação da empresa sem justificativa razoável.

Ademais, o TCU entende que alterações substanciais exigem a republicação pelos prazos inicialmente estabelecidos, para garantir igualdade de oportunidades. Caso contrário, a alteração comprometeria a isonomia e a transparência do processo licitatório, podendo gerar prejuízos à Administração Pública. A simples retificação sem reabertura de prazos configura irregularidade (TCU – Acórdão nº 2898/2012 – Plenário, Relator José Jorge, Data sessão: 24/10/2012).

4. DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, com base nos princípios da legalidade, vinculação ao instrumento convocatório, proporcionalidade, razoabilidade e julgamento objetivo, a Procuradoria Jurídica OPINA:



- a) pelo desprovimento do recurso interposto pela empresa Hamburgo Cantina Ltda., em conformidade com a manifestação do pregoeiro;
- b) pelo parcial provimento do recurso interposto pela empresa Bringhetti Indústria e Comércio Ltda., para (i.) determinar a anulação dos atos posteriores à publicação do edital, inclusive a fase de habilitação; e (ii.) recomendar a republicação do edital com as devidas correções/redações esclarecedoras, nos termos apontados neste parecer; e
- c) Assegurar a reabertura dos prazos legais para apresentação de propostas e impugnações, em respeito aos princípios do contraditório, da publicidade e da isonomia.

Essas são, portanto, as breves considerações no tocante aos aspectos jurídicos da presente demanda, competindo às autoridades administrativas competentes a adoção das medidas que julgarem adequadas e pertinentes.

É o parecer que submete à apreciação superior.

Campo Bom/RS, 16 de junho de 2025.

Pedro Henrique da Rosa Cardoso
Assessor Jurídico do Município
OAB/RS 137.726



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 9189-5F3F-37B8-B310

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



PEDRO HENRIQUE DA ROSA CARDOSO (CPF 015.XXX.XXX-71) em 16/06/2025 18:31:25 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://campobom.1doc.com.br/verificacao/9189-5F3F-37B8-B310>